

André Bojikian Calixtre¹
Daniela Freddo²

Celso Furtado, sociedade salarial e os descaminhos do subdesenvolvimento brasileiro – uma interpretação contemporânea da construção interrompida³

RESUMO

Este artigo procura recuperar o debate realizado por Celso Furtado sobre a Nova Economia Política, definida pelas condições necessárias, políticas e econômicas, à transformação estrutural de uma sociedade subdesenvolvida. No entendimento de Furtado, o processo de transformação estrutural carecia de uma abordagem ampliada da acumulação, com base não apenas em seu avanço em si, mas também nas condições políticas dadas pelo sistema hierárquico de reprodução das desigualdades do subdesenvolvimento. Entendendo contemporaneamente este conflito como a relação entre distribuição funcional (capital e trabalho) e pessoal (desigualdade individual) da renda e da riqueza, o artigo busca estabelecer uma ponte moderna para a discussão furtadiana a partir da análise do comportamento da variável salários sobre o Produto Interno Bruto.

Palavras-chave

Nova Economia Política; Sociedade Salarial; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This article seeks to revive the debate initiated by Celso Furtado on the New Political Economy, defined by the political and economic conditions necessary for the structural transformation of an underdeveloped society. Furtado's understanding was that the process of structural transformation was lacking a wider-ranging approach to accumulation, based not only on its expansion as such, but also on the political conditions established by the hierarchical system that reproduced the inequalities of underdevelopment. In viewing this conflict as the relationship between the functional distribution (capital and labour) and the personal distribution (individual inequality) of income and wealth, this article attempts to establish a modern bridge for the Furtadian debate based on an analysis of the behaviour of the wages variable in relation to GDP.

Keywords

New Political Economy; Wage Society; Underdevelopment

1. Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Doutorando em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Email: calixtre@gmail.com
2. Professora Doutora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Mestra em Economia pela Unicamp e Doutora em Economia pela UnB. Email: freddo.daniela@gmail.com
3. Uma versão semelhante do submetido aqui foi publicado antes somente pelo autor André Bojikian Calixtre em LEITE (Org.), Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

Introdução

Desde a formação do pensamento clássico estruturalista latino-americano, a tradição dessa escola tem-se voltado para as questões últimas da desigualdade dada pelo desenvolvimento assimétrico do capitalismo, cuja permanência de estruturas pós-coloniais, herdadas da fase primitiva de consolidação global, estariam reafirmadas sincronicamente pelo subdesenvolvimento como um modo de vida próprio. Neste, o tempo, por si mesmo, jamais seria capaz de levar estas economias periféricas ao processo de desenvolvimento. A ruptura com esse “mal-estar” era necessária como um processo de escolhas que orientassem a mudança estrutural em direção ao desenvolvimento. Por estas escolhas serem essencialmente políticas, a mudança da lógica intrínseca de reprodução do desenvolvimento capitalista é provocada por um choque exógeno ao tempo “normal” do subdesenvolvimento, e, por isso, a compreensão objetiva do fenômeno da superação do atraso permanece um grande mistério.

No interior desta tradição, Celso Furtado construiu as bases de uma economia política da mudança estrutural. Esta “Nova Economia Política” está relacionada ao conceito ampliado de Excedente, cujo tratamento da Acumulação como fluxo (Investimento) é indissociado de seus impactos nos modos de vida por meio da alteração da relação produto-capital (FURTADO, 1976). Tal conceito seminal de Furtado pode ser traduzido para este artigo da seguinte forma inversa: a consolidação de estruturas modernas impulsiona o setor salarial na economia subdesenvolvida, este setor amplia sua participação na renda nacional, por meio do crescimento da variável chave deste processo, que é a relação salário-PIB. Este processo, no entanto, amplifica o conflito distributivo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo que a redução de desigualdade pessoal da renda faz crescer a necessidade de avançar no mercado interno de consumo de massas, proveniente dos aumentos nas bases da renda formada pelos salários. Esse é, objetivamente, o mecanismo da “homogeneização”, fundamental à construção teórica do pensamento de Furtado e cujo conceito confunde-se com a concepção do autor sobre a Teoria do Desenvolvimento.

A obra de Furtado esteve permeada pelas contradições entre o avanço da acumulação capitalista e a possibilidade de desenvolvimento, ou seja, a dinâmica geradora de desigualdades do capitalismo e a produção de uma sociedade mais homogênea pelo desenvolvimentismo. No subdesenvolvimento, a contradição assume figura trágica,

e não é por menos que a obra furtadiana caminhou da organização ao desfazimento da fantasia. Pois, a depender da relação entre a dinâmica do crescimento econômico (relação produto-capital) e as mudanças no conflito distributivo, o movimento combinado entre distribuição funcional e pessoal da renda ativa as forças defensivas do subdesenvolvimento, cujos grupos ligados às rendas do capital operam para bloquear o desenvolvimento e retornar a distribuição funcional ao ponto anterior à estratégia de ruptura do passado. O objetivo deste artigo é, à luz do pensamento de Furtado para a questão brasileira, rerepresentar contemporaneamente o problema da capacidade de sustentação política e econômica desse complexo percurso de tentativa e bloqueio de uma estratégia de desenvolvimento, o que representaria a resiliência de uma sociedade a processos de mudanças estruturais e constituição de uma sociedade plenamente salarial, i.e, moderna.

No mundo subdesenvolvido, o caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, um foco de instabilidade devido aos “reflexos negativos na produtividade industrial” (FURTADO, 1972, p. 11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “subótimo” de bem-estar, se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração.⁴

Esta problemática pode ser atualizada para o tema da resiliência, mostrando, a partir de dados comparativos e históricos da relação Salário/PIB, como a sociedade brasileira é extremamente avessa a mudanças estruturais. Dois momentos de combinação entre as forças do trabalho e as políticas públicas foram o Período Democrático da Era Trabalhista, especialmente entre 1951 e o começo de 1964, e os Governos Lula e Dilma da Nova República (2003-2016). São dois tempos em que o Brasil se arriscou na transformação estrutural de sua economia; períodos curtos de um pouco mais de

4. “[...] na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão” (FURTADO, 1972, p. 31).

uma década que foram prosseguidos por outros longos de retrocesso no conflito distributivo. Pouco mais de uma década de trabalhismo democrático gerou as condições do Golpe Militar de 1964; pouco mais de uma década de lulismo gerou as condições para sua interrupção parlamentar de 2016, um golpe, desta vez, sem os militares.

Apesar da falta de clareza sobre como se formaria essa vontade política em favor de uma estratégia de ruptura com o passado, o conteúdo dessa escolha está muito bem definido: construir o Estado Nacional e suas instituições coordenadoras do desenvolvimento; industrializar a economia primário-exportadora; urbanizar a população rural; introduzir o núcleo dinâmico do capitalismo à reprodução interna da sociedade subdesenvolvida. O resultado dessa ruptura seria a introdução de uma sociedade urbano-industrial completa e homogênea em seus padrões de consumo, o que significa a transferência para o trabalho da parcela majoritária na distribuição funcional da renda, construindo, a partir de uma sociedade salarial, as bases produtivas e redistributivas da homogeneização dos padrões de consumo.

A economia política da mudança estrutural pode ser sintetizada da seguinte forma: a consolidação de estruturas modernas impulsiona o setor salarial na economia subdesenvolvida, este setor amplia sua participação na renda nacional, por meio do crescimento da variável chave deste processo, que é a relação salário-PIB. Este processo, no entanto, amplifica o conflito distributivo entre capital e trabalho, ao mesmo tempo que a redução de desigualdade pessoal da renda faz crescer a necessidade de avançar no mercado interno de consumo de massas, proveniente dos aumentos nas bases da renda formada pelos salários. A depender da relação entre a dinâmica do crescimento econômico (relação produto-capital) e as mudanças no conflito distributivo, o movimento combinado entre distribuição funcional e pessoal da renda ativa as forças defensivas do subdesenvolvimento, cujos grupos ligados às rendas ligadas ao capital operam para bloquear o processo de desenvolvimento e retornar a distribuição funcional ao ponto anterior à estratégia de ruptura do passado. A capacidade de sustentação política e econômica desse complexo percurso de tentativa e bloqueio de uma estratégia de desenvolvimento representa a resiliência de uma sociedade a processos de mudanças estruturais.

1. Sociedades salariais e o segredo do desenvolvimento

Apesar de constituir o senso comum de qualquer sociedade contemporânea no mundo, viver exclusivamente de salário é uma construção histórica relativamente recente na humanidade, cujas consequências alteraram profundamente o sentido da reprodução social, característica essencial da civilização urbano-industrial. O ponto central destas transformações apareceu na Europa, em fins do século XVIII, e irradiou-se para a economia global por meio de estruturas tipicamente capitalistas. Entre diversas interpretações sobre a trajetória econômica das nações, a capacidade destas em se converterem a uma sociedade predominantemente salarial é um dos segredos mais bem guardados do chamado desenvolvimento econômico.

As chamadas revoluções gêmeas de fins do século XVIII até metade do XIX desarticularam o antigo regime de tradições e de colônias, disseminando processos de independência no Novo Mundo, já iniciado em países pioneiros como os Estados Unidos e São Domingos/Haiti. O capitalismo originário (OLIVEIRA, 1985), inglês, reorganizará o sistema internacional mediante açambarcamento de mercados produtores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados, governados por elites pós-coloniais. No plano formal, o constitucionalismo, limitando os poderes dos soberanos, avança nas sociedades da Europa e do Novo Mundo, difundindo valores universais do homem burguês revolucionário, do direito jusnaturalista e da liberdade imamente no indivíduo e influenciando diversos movimentos de libertação nas Américas, muitos deles abolicionistas e republicanos. No segundo momento, constituíam-se os grandes monopólios, obra principalmente das nações atrasadas da Revolução Industrial – segundo definição de Alonso (Idem): Prússia/Alemanha; França; Itália; Japão; Holanda e, fundamentalmente, os Estados Unidos –, superando a originária Inglaterra em produção industrial, mas esta ainda exercendo sua hegemonia nos fluxos financeiros e nas determinações da dinâmica de acumulação em escala planetária.

De um lado, o pesadelo da sociedade do grande capital, erguida na segunda metade do século XIX, recaía sobre a classe trabalhadora no avanço do pauperismo, criando o substrato para novos caminhos, revolucionários, negadores da essência do sistema, ainda que reivindicantes dos valores perdidos da Revolução Burguesa. Do outro, a própria burguesia comandava um arranjo internacional fadado ao conflito total, pois a mistura de liberalismo econômico com um sistema de Estados nacionais anco-

rado no equilíbrio de poderes levava à constante tentação deste equilíbrio pelas forças monopolísticas dos mercados, movendo processos de concentração de poder desestabilizadores, e ao surgimento de um novo colonialismo sobre os territórios africanos (POLANYI, 1980). O liberalismo consubstanciado no padrão-ouro reproduzirá os efeitos das desigualdades criadas pelos mercados liberalizados, pois impedia políticas universalistas de gastos e incentivo à demanda, amplificando o caráter concentrador do capitalismo e, mais importante, impedindo a depressão da demanda efetiva provocada pelo comportamento do investimento em tempos de crise.

O mundo que emerge da Segunda Grande Guerra é completamente distinto. De um lado, as economias capitalistas organizam-se noutros moldes de política econômica: keynesianos agora se obrigam a priorizar a demanda efetiva nacional – investimento e emprego – à estabilidade monetária exigida pelo padrão libra-ouro anterior, ao mesmo tempo que procuram “domar” as forças de mercado no intuito de nunca mais repetir a tragédia das grandes guerras e da grande depressão, constituindo sociedades capitalistas de bem-estar. De outro, as economias socialistas levam às últimas consequências, disponíveis naquele momento histórico, o planejamento e a racionalização socioeconômicos, visando à rivalidade com a eficiência do capitalismo e, ao mesmo tempo, superar suas injustiças. Por todas as formas, a constituição de uma sociedade de massas parecia avançar sobre as esferas da sociabilidade, onde o padrão tecnológico fordista⁵ sintetizava as pulsões racionalistas da ordem produtiva e elegia o trabalho como a forma central de sociabilidade do homem moderno que é o criador principal da sociedade, capitalista, de bem-estar.

Nesta sociedade, as organizações de massas, particularmente o sindicalismo, pareciam equacionar satisfatoriamente o problema do fetiche e da alienação do trabalho abstrato, à medida que a sociedade do bem-estar incorporasse crescentes ganhos salariais, por meio da mobilização civil e democrática – vide não-revolucionária – do trabalho, e que a seguridade social homogeneizasse os padrões de vida entre as classes. A propriedade social do Estado de bem-estar, segundo a terminologia de Robert Castel (1998), parecia superar, nos países centrais, o problema do pauperismo agudo da classe trabalhadora no século XIX; e, de fato, as aparências eram concretas.

5. A sociedade fordista tem no trabalho industrial moderno seu principal agente público, criador do Estado de bem-estar Social. Para diversas leituras sobre as consequências deste modo de vida, ver CASTEL, 1998; HARVEY, 2001; ESPING-ANDERSEN, 1990, 1999; e GRAMSCI, 1978.

A Sociedade Salarial, que emerge dos escombros da tragédia humana das grandes guerras, entrecortadas pelo colapso do capitalismo liberal, significava um avanço nas contradições da sociedade dirigida pelo valor, ao encontrar sua individualidade não no interesse liberal smithiano e sua propriedade privada, mas na desmercantilização das necessidades humanas por meio da socialização de parte desta propriedade. O mundo desenvolvido consiste precisamente naqueles países que conseguiram transitar para a sociedade salarial antes do fechamento tecnológico provocado pela consolidação da segunda Revolução Industrial no imediato pós-guerra, guardando consigo as estratégias de desenvolvimento necessárias a esse processo. Estranhamente, a Sociedade Salarial dos países centrais falava a mesma linguagem do liberalismo para as nações subdesenvolvidas, impedindo a difusão da propriedade social do mundo desenvolvido para a periferia.

Enquanto os países centrais disseminavam Estados de bem-estar social no pós-guerra, o discurso dos modelos clássicos econômicos, impulsionado pelo novo sistema orientado pelo dólar, por instituições macroeconômicas garantidoras do pleno-emprego e pelo plano Marshall de reconstrução, encobria o segredo da sociedade salarial na armadilha ricardiana das Vantagens Comparativas. De um lado, países da periferia que ousassem impedi-la enfrentariam rupturas profundas nos regimes que sustentavam as pós-colônias; e seus exemplos radicais foram raros, o mais importante deles, Cuba, em 1959. De outro lado, no interior da teoria ortodoxa, a publicação do artigo seminal de W.A. Lewis (1954) reorienta o debate internacional sobre o desenvolvimento. O clássico artigo iniciou-se com uma provocação: (i) que a teoria neoclássica do desenvolvimento (refere-se a Solow) jamais debruçou-se sobre os países em desenvolvimento, onde a existência de um setor cuja produtividade do trabalho seria desprezível e, portanto, haveria uma oferta ilimitada de mão de obra pronta a ser absorvida pelo setor moderno; (ii) que esse processo de absorção cria fontes de aumento da produtividade não previstas pelo modelo neoclássico; e (iii) que a revolução keynesiana tinha sido incapaz de compreender esse fenômeno de curto prazo, logo, recorrer a ela seria inútil para reconectar a teoria do longo prazo do crescimento à existência de oferta ilimitada de mão de obra. O tema central é a “pergunta clássica”, como ocorre o desenvolvimento se o estoque de trabalho é ilimitado ao nível do salário de subsistência. A resposta dos clássicos estava na acumulação de capital, que foi esquecida pelos neoclássicos ao eliminar a questão do estoque ilimitado de mão de obra.

Com isso, a teoria neoclássica perdeu a capacidade de explicar o fenômeno do crescimento econômico, e Lewis pretende restabelecer o caminho nesse artigo.

O argumento é suficientemente conhecido. Nos países em desenvolvimento, o setor de subsistência é abundante, tanto no campo quanto nas cidades, e reproduz a vida material sem praticamente nenhuma presença de capital. A produtividade do trabalho é próxima de zero. Nesta economia, a introdução de capital, ou seja, de formas modernas de produção que levem ao aumento da acumulação de capital é um processo necessariamente desbalanceado de crescimento, pois o setor de subsistência impede que os salários acompanhem o aumento da produtividade. Portanto, numa economia com estoque ilimitado de mão de obra, a acumulação de capital tem caminho livre para crescimento, inclusive na apropriação relativa da renda, como em termos absolutos, até o ponto em que o setor de subsistência seja plenamente convertido em setor moderno, e, assim, a passagem desse “ponto de Lewis” devolveria a economia para sua “condição neoclássica” dada pelo modelo de Solow.

Mas o que seria o setor de subsistência? Para Lewis (1954, p. 141), é bem claro que este setor é “tipicamente” capitalista, portanto exclui-se o “setor arcaico” dos países periféricos. As frentes de trabalho tradicional da África e boa parte dos setores populares da América Latina, segundo Lewis, estão de fora do conceito do setor de subsistência. Implicitamente, o critério para a existência do setor lewisiano divide-se em dois: de um lado, a baixa produtividade, mas, de outro, é necessário assalariamento. Portanto, são os países asiáticos os “tipos ideais” do modelo de Lewis, visto que neles os imensos contingentes de trabalhadores encontravam-se plenamente assalariados sem, no entanto, apresentar produtividade do trabalho relevante. É o caso do Japão para o período do artigo e, como será exposto adiante, será o caso emblemático da Coreia do Sul para os tempos atuais.

O modelo lewisiano, como exposto pelo próprio autor, não podia explicar a sina latino-americana. Essa indisponibilidade do mercado de subsistência latino-americano – ao que Lewis vai se referir como a ausência de força de trabalho masculina – é um dos fatores de maior confusão na aplicação contemporânea de Lewis ao caso latino-americano. Sem formar o colchão protetor da acumulação de capital, a introdução de forças modernas com o mercado de subsistência desmonetizado leva a explosões de desigualdade e a processos de ruptura interna e estagnação. A saída metodológica para a América Latina precisava de uma interpretação histórico-estrutural, uma re-

volução teórica para romper a ilusão ricardiana e recolocar a possibilidade de acessar a riqueza das nações desde a periferia, revolução que já estava em curso desde os fins da década de 1930 nos debates nascentes dos países da região, mas que tomou forma mundial no ano de 1948, com a fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a posterior publicação do artigo seminal de Raúl Prebisch (1949), rompendo com a teoria tradicional do desenvolvimento e estabelecendo as bases da problemática do subdesenvolvimento e do pensamento estruturalista latino-americano.

Pertencem às décadas de 1950 a 1970 a formulação de uma teoria do desenvolvimento voltada não mais para explicar a riqueza de algumas nações ante as outras, mas para apontar os caminhos da superação do subdesenvolvimento das economias que ficaram para trás do processo de acumulação global capitalista. A problemática do subdesenvolvimento constitui-se no método de interrogação da história da periferia do sistema capitalista que reproduz padrões desiguais de difusão do progresso técnico que, por sua vez, traduzem-se em padrões distintos de estruturas socioeconômicas reprodutoras desta desigualdade originária. Essa tradição aparece globalmente nos escritos de Prebisch e será apropriada pelo estruturalismo de Celso Furtado.⁶

O estruturalismo originou-se nas ciências linguísticas, proposto pela obra de Saussure e cujo termo foi cunhado por Jakobson em 1929, na Escola Linguística de Praga. É a escola de pensamento seguida por autores como Althusser, Barthes, Derrida, Godelier e Lacan (BLANKENBURG; PALMA; TAGENNA, 2008). Constitui-se de três pilares: a *metodologia* da totalização, em que se prioriza a relação dos elementos na estrutura; a *epistemologia* da penetração sobre a aparência, em que o real mecanismo de funcionamento dos entes encontra-se “escondido”, portanto se trata de uma corrente antifenomenológica e antiempiricista; e a *ontologia* das causas e condicionantes da Ação (*Agency*), dadas pela estrutura.

A formação do estruturalismo embarca na economia por meio de François Perroux (Sorbonne), em especial pelos conceitos de dominação econômica entre países e a análise do sistema econômico no espaço e no tempo. Boianovsky (2008) pontua clara-

6. Evidente que a reconstrução e análise do rico processo de pensamento econômico do estruturalismo cepalino é impossível de ser realizada em um espaço curto de um artigo. Espera-se apenas trabalhar as ontologias aqui consideradas relevantes para o argumento da economia política da mudança estrutural. Para uma abordagem exaustiva do pensamento da Cepal, é sempre necessário consultar Ricardo Bielschowsky (2000).

mente a relação entre Perroux e Celso Furtado durante a formação doutoral deste na Sorbonne entre os anos de 1946 a 1948. Furtado levará consigo as teses seminais de Perroux para sua interpretação do histórico-estruturalismo, do mesmo modo que estas ideias influenciarão decisivamente a constituição intelectual da Cepal, especialmente nos debates sobre a natureza estrutural da inflação nos anos 1960.

Segundo Furtado (2000), o processo histórico de difusão do progresso tecnológico manifesta padrões distintos entre países de alta produtividade social (centro) e de baixa produtividade (periferia). A estrutura do primeiro, na qual se origina o progresso técnico, absorve e difunde o aumento da produtividade para o conjunto da sua sociedade, uma vez que a escassez de mão de obra e o aumento real da renda permitem ganhos de escala crescentes ao incremento da produtividade do capital, pois o mercado de consumo é compatível com a acumulação de capital. Esse progresso técnico, no entanto, reproduz-se desigualmente ao difundir-se para os países periféricos, marcados pela baixa produtividade social, pelas estruturas pós-coloniais mimetistas dos padrões de consumo metropolitanos e pela abundância relativa de mão de obra. Como a periferia é incapaz de incorporar, de imediato, a estrutura produtiva do centro, esta viabiliza sua inserção no sistema pelo consumo dos produtos de alta intensidade de capital, concentrando-o nos grupos dominantes da sociedade. O acesso concentrador da periferia ao sistema-mundo foi denominado por Furtado como *modernização dos padrões de consumo*.⁷

O subdesenvolvimento, como algo permanentemente distinto do desenvolvimento, avança nessa *modernização* à medida que concentra os recursos excedentes da sociedade para o consumo dos produtos metropolitanos, estabelecendo uma demanda constante por estas mercadorias. Ao cessarem os fluxos internacionais que permitiram a troca de bens agrícolas, típicos do subdesenvolvimento, por bens manufaturados da *modernização*, dá-se lugar à (difícil) via nacional de substituir os importados de alta produtividade do capital em meio à estrutura do subdesenvolvimento. O caminho da industrialização eleva o nível da *modernização* e capitaliza-se na concentração e restrição dos mercados a uma minoria social, o que impactará, por sua vez, num foco de instabilidade da industrialização do mundo subdesenvolvido: os “reflexos negativos na produtividade indus-

7. “O progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (FURTADO, 1972, p. 11).

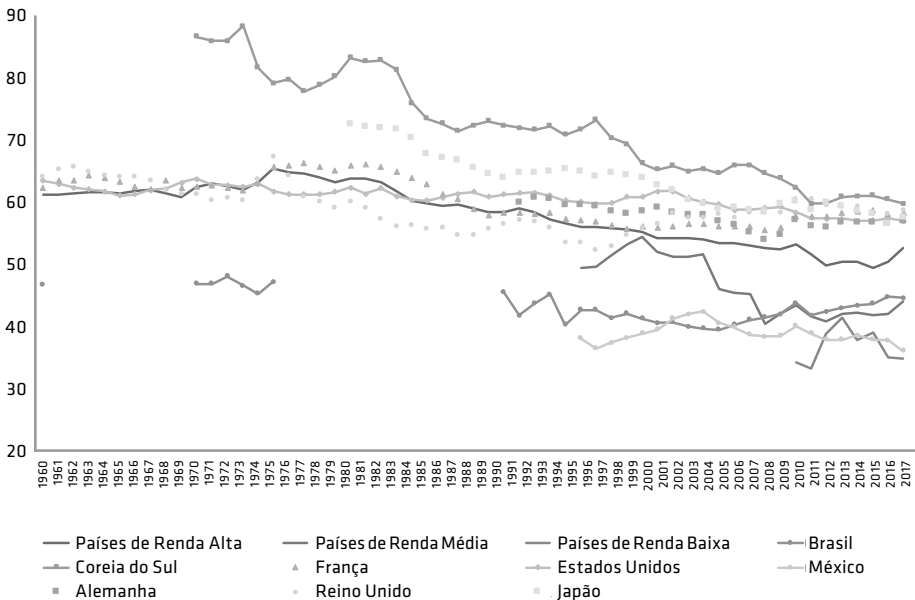
trial” (FURTADO, 1972, p. 11). As condições débeis do mercado, ao incorporar o padrão industrial sem transformar sua estrutura produtiva, imporão à grande indústria instalada restrições estruturais ao crescimento econômico; o avanço da acumulação concentradora e *modernizadora* levaria a economia a um nível “subótimo” de bem-estar se comparado ao dos países centrais. As deficiências no consumo ampliado dos bens industriais impediriam a reprodução do próprio sistema, da própria concentração.⁸

Tanto o debate nacional quanto o cepalino na década de 1970 perceberam que a dinâmica própria do subdesenvolvimento levaria a períodos de desconcentração e reconcentração da renda, para que houvesse ajuste da demanda do mercado quanto às novas características da etapa de expansão. Outra contradição deste duplo processo é o que ocorre com a mão de obra, pois conforme se alteraram os centros dinâmicos das estruturas produtivas, há uma expulsão da mão de obra em alguns setores, e sua atração em outros. A dinâmica da incorporação da mão de obra depende da “forma” como o excedente é utilizado na esfera produtiva. O aumento do excedente implica expulsão de parte da mão de obra do processo racionalizador no centro da acumulação, e a heterogeneidade do sistema é agravada, então, pela informalização de parte da população trabalhadora integrada.

Trata-se da incapacidade de o aumento da acumulação de capital extinguir o setor arcaico de subsistência pós-colonial, e não somente isso, essa sobrevivência do arcaico insemna o ciclo de acumulação do setor moderno. Aquilo que aparece como uma dualidade no modelo neoclássico de Lewis (1954) é a combinação mútua de dois estados de reprodução econômica: subdesenvolvimento contido e retroalimentado pelo desenvolvimento. O conflito distributivo, ou seja, a competição entre capital e trabalho pela apropriação dos fluxos (renda) e dos estoques (riqueza) nacionais é a variável chave de ajuste do grau de subdesenvolvimento, da heterogeneidade e, inclusive, do hiato de produtividade sistêmica das economias periféricas. A representação empírica mais relevante para a observação deste fenômeno é a taxa de salários sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos países, distribuindo-os entre perfis de renda alta, média e baixa, como se observa no gráfico 1, a seguir:

8. “Na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos (...) os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão” (FURTADO, 1972, p. 31).

Gráfico 1 | Participação salários/PIB, por categoria de renda dos países (médias) e países selecionados. 1960 - 2017



Fonte: Ilostat; Contas Nacionais (IBGE)

A série histórica acima mostra que países de renda alta são países predominantemente salariais, cuja média de salário/PIB sempre esteve acima dos 50%, exceto no período agudo da crise financeira de 2008. E que países de renda média e baixa se mantêm, pelos dados disponíveis, abaixo dessa predominância salarial, com exceção da Venezuela, que puxou para cima a média na primeira metade dos anos 1990, depois recuando para a média normal abaixo de 50% do PIB desse estrato de renda. Infelizmente, não há dados harmonizados que permitam a análise para um período anterior à década de 1960. O que se observa, do ponto de vista estrutural, é a exata sombra do ocaso da sociedade erguida no pós-guerra e suas pretensões socialdemocratas, ou, na terminologia de Castel, a crise da propriedade social do Estado e da Sociedade Salarial. Antes da Crise do Petróleo, a média salário-PIB dos países desenvolvidos transitava a casa dos 70% da renda; após as mudanças no padrão tecnológico promovidas no capitalismo, essa média cai drasticamente para próximo dos 50% do

PIB. Péssima notícia para o mundo subdesenvolvido, abatido em pleno voo industrializante por um padrão tecnológico que se tornara obsoleto e fora substituído por outro de menor capacidade civilizatória.

Nesse sentido, o avanço da acumulação por uma estratégia de desenvolvimento somente se concretiza na periferia por meio da concentração e da desigualdade, pois a constituição de sociedades salariais e da propriedade social do Estado é uma tarefa cada vez mais restringida, inclusive dentro dos países desenvolvidos. Mas não apenas isso, o ponto de partida da estratégia de desenvolvimento em relação à sociedade salarial também é extremamente relevante para o sucesso ou não de estratégias de superação do passado. Trata-se aqui da evidente comparação do Brasil com a Coreia do Sul, tida como o único caso de superação do subdesenvolvimento após o Plano Marshall. A Coreia do Sul compartilhava o mesmo grau de desenvolvimento econômico que o Brasil no final dos anos 1960, mas sob uma enorme diferença de assalariamento de sua população, acima dos 85% do PIB, enquanto o índice no Brasil era metade disso. Essa monetização das formas de subsistência, do setor arcaico, pensando em termos lewisianos, constitui um colchão de amortecimento do conflito distributivo que permite estratégia de crescimento pró-capital com relativa folga social, enquanto a mesma estratégia em uma sociedade pouco assalariada encontra resistência em um conflito distributivo já no limite do estresse entre capital e trabalho.

Observando apenas o sentido do desenvolvimento como acumulação de capital, essa abordagem da sociedade salarial é uma alternativa promissora de pesquisa para aqueles que buscam compreender a dinâmica do desenvolvimento para além da frente teórica estruturalista do *catching-up* tecnológico,⁹ complementando-a com a eco-

9. De forma alguma busca-se desmerecer aqui esta importante frente de pesquisa cepalina. A final: *"the model is useful to illustrate not only why Latin America has fallen behind, but also why some countries (particularly in Asia) have succeeded in catching up. The rise of Asia should be interpreted in terms of qualitative transformation – large-scale structural change – along with higher rates of capital accumulation. Structural change is the (Schumpeterian and Keynesian) engine that reallocates labour from subsistence towards higher productivity activities and jobs, while easing at the same time the external constraint on growth. The change in the technological parameters of many Asian countries (particularly Korea, Taiwan and, more recently, China), and the interrelated changes in international competitiveness and diversification, have redefined the international landscape"* (CIMOLI; PORCILE, 2014, p. 223). Ou seja, os avanços dos países asiáticos em direção à fronteira tecnológica são explicados pelas altas taxas de acumulação de capital, ou investimento, ou poupança, desses países em relação à estagnação latino-americana. Isso é um fato, mas pouco se explica como os sistemas políticos e sociais desses países permitiram políticas agressivas de avanço do capital. A existência prévia de uma sociedade salarial, como é o caso da Coreia do Sul, joga uma luz a mais sobre esse fenômeno, enquanto na América Latina o avanço da acumulação tem de ser obtido *pari passu* à constituição de uma sociedade salarial, o que são forças antagônicas entre si.

nomia política da transformação estrutural. Essa “Nova Economia Política” é tributária do trabalho seminal de Paul Baran (1952), que argumentou à época, com uma certa dose de fatalismo, sobre o caráter antiprogressista das classes médias dos países subdesenvolvidos, em oposição ao observado nos países industrializados. O estado de permanente reprodução de grandes desigualdades leva à negação da dimensão do planejamento econômico, colocando os agentes e a economia em permanente estado de *carpe diem* (BARAN, 1952, p. 78). Para o autor, América Latina, Ásia e África estariam condenados a esse círculo vicioso do atraso provocado pela baixa taxa de acumulação, classe média comprimida em pouco espaço distributivo e estrutura pós-coloniais de sociedade. A ruptura viria com uma atuação do Estado que extrapolasse a simples estratégia de acumulação e atingisse o modo de vida pós-colonial, transformando as estruturas mantenedoras de privilégios no interior das classes médias antiprogressistas em direção à progressividade. Esta é uma proposta de incomum genialidade, especialmente se considerado o período em que ela foi formulada, cujo encaminhamento teórico ficou adormecido pelo pensamento estruturalista, com exceção das discussões sobre cultura e desenvolvimento de Furtado. De todo modo, o assunto da economia política da transformação social aparece como um fato exógeno ao sistema, no entanto, sem ele as distintas trajetórias do desenvolvimento do mundo periférico nas décadas seguintes fazem pouco sentido.

2. O Brasil na economia política da transformação social

Em razão desta problemática Centro-Periferia, o debate estruturalista entre os anos 1970 e 1980 concentrou-se muito mais em resolver as questões relacionadas aos entraves à acumulação capitalista no mundo subdesenvolvido do que aos mecanismos de constituição de sociedades salariais, mesmo porque a não solução do primeiro problema impedia a solução do segundo. No bloqueio do processo de difusão do progresso técnico está o elemento de perda constante do dinamismo (o progresso técnico é o próprio dinamismo) da industrialização periférica, que reduz sensivelmente a capacidade de avanço da industrialização para o conjunto da sociedade e cria um capitalismo industrial de baixa produtividade social e alta concentração de renda, ainda que,

no processo de crescimento econômico, reduzisse o pauperismo das massas. A questão central, para Furtado, é que a economia do subdesenvolvimento tende a reproduzir processos não apenas concentradores da riqueza, mas ineficientes do ponto de vista da produtividade técnica e, conseqüentemente, do nível de bem-estar da sociedade nacional. O “subótimo” da industrialização periférica levou Furtado a afirmar, em textos anteriores como *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, e *Um projeto para o Brasil*, de 1968, que o avanço do subdesenvolvimento virá ao encontro da estagnação econômica. Nisso, centraram-se críticas de autores como Maria da Conceição Tavares e José Serra, sob a perspectiva de que o “modelo” brasileiro, apesar de concentrador, pôde constituir um capitalismo dinâmico nos trópicos.

O teor dessa crítica e da concepção do capitalismo brasileiro de Conceição Tavares, por meio da leitura do ensaio *Além da estagnação* (1970), ao dialogar com Furtado, busca desconstruir a ideia de que o Brasil em meados da década de 1960 caminhava para um processo de estagnação. Não se tratava de uma estagnação, mas sim de uma crise do modelo de industrialização, substituição de importações, adotado pelo Brasil nos anos anteriores. A crise de meados da década de 1960 deve ser encarada como um período de transição a um novo padrão de desenvolvimento capitalista, que apresenta

“[...] características dinâmicas e que também pode reforçar alguns traços do ‘modelo’ substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de alguns subsetores econômicos quanto ao nível de produtividade (...). [Porém,] marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica da economia capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção de poupanças, oportunidades de investimento” (TAVARES; SERRA, 1970, p. 157).

Pois o capitalismo brasileiro, de acordo com esta visão, teria conseguido criar fontes endógenas “de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo” (TAVARES; SERRA, 1970, p. 158). E seria o tipo de dinamismo que o anima que levaria à privação dos benefícios, trazidos pelo sistema capitalista, a uma grande parte da população.

Apesar do inegável acerto teórico da explicação acima, o argumento não consegue invalidar a crítica furtadiana, pois, para ambos os campos deste debate estruturalista,

os problemas na demanda aconteciam devido à concentração da renda da economia que não permitia aumentar o nível de consumo das classes intermediárias, justamente aquelas que possuem uma maior propensão marginal a consumir, e, desta forma, uma maior participação destas classes no consumo, possivelmente levando a um maior efeito do multiplicador. Em outras palavras, a incapacidade de constituir uma sociedade salarial a partir do modelo de acumulação capitalista periférico é o cerne do fracasso não do ponto de vista da modernização da sociedade pós-colonial, mas do ponto de vista de seu poder civilizatório, do desenvolvimento entendido como a homogeneização de padrões de consumo.

O foco de Tavares e Serra na rentabilidade do investimento para explicar a crise de acumulação resolve apenas a parte econômica do problema periférico. No entanto, o ponto de acordo é que, “nos traços que caracterizam os processos de expansão, incorporação e difusão do progresso técnico e da reconcentração da economia” (TAVARES; SERRA, 1970, p. 173-174), os autores consideram que a autodeterminação não fez que se superassem a heterogeneidade em relação à distribuição da renda, à incorporação e difusão da mão de obra e à rentabilidade das esferas dinâmicas em relação às outras esferas da economia. É justamente a preservação da taxa de lucro daquelas esferas que levam a maiores distorções do capitalismo brasileiro, mas que também possibilitaram manter sua integração com o sistema internacional. Esse raciocínio pode ser feito como o inverso da renda apropriada pelo capital e interpretada à luz da parte salarial.

Neste “capitalismo selvagem”, que nada mais é que o capitalismo onde a renda é predominantemente apropriada pelo capital e o desenvolvimento econômico é definido *estritamente* pelo avanço da acumulação, a apropriação do excedente estaria subordinada aos interesses privados oligopolistas, tanto por dominarem a técnica e terem uma maior produtividade, quanto em relação ao seu poder de mercado e capacidade de pagar salários mais baixos do que esta produtividade. A utilização de parte deste excedente é feita pelo setor de serviços e pelo setor público. O setor de serviços tem a funcionalidade de incorporar na economia o consumo das massas urbanas, que acaba por fomentar as indústrias descapitalizadas. É no período militar, também, que a apropriação financeira do excedente social se inicia, via desenvolvimento do mercado de capitais, ao “permitir a acumulação de lucros sem a relação direta com o processo de geração do excedente real e cuja

função básica é facilitar a realização dinâmica do excedente” (TAVARES; SERRA, 1970, p. 181).

Em paralelo ao debate nacional nos anos 1970, a Cepal também caminhou pela busca em compreender mais os processos de acumulação de capital na periferia e menos os condicionantes civilizatórios do desenvolvimento contidos na constituição de sociedades salariais. Para Aníbal Pinto (1973), Osvaldo Sunkel (1970) e Fernando Fajnzylber (1970; 1983), a dinamização proporcionada pelo progresso técnico concentra-se principalmente nas atividades “de ponta” e nas que as complementam, difundindo-se, portanto, de forma heterogênea nos diferentes ramos da economia, diferenciando, então, suas estruturas. Em outras palavras, a heterogeneidade estrutural é uma hierarquia desigual de poderes de mercado. Setores que eram dinâmicos deixam de o ser quando um setor maior o subordina, tornando a heterogeneidade estrutural a própria marca de expansão do sistema.¹⁰

Ainda que se possa detalhar em outros estudos futuros as questões teóricas sobre a relação entre o conflito distributivo na distribuição funcional da renda, a constituição de sociedades salariais em direção à homogeneização do padrão de consumo e a resiliência das sociedades periféricas em admitir processos suficientemente longos de mudança estrutural, o objetivo deste artigo é encarar um problema nacional concreto: por que o modelo recente de desenvolvimento do período 2003-2014 foi interrompido? O instrumental da economia política da transformação estrutural pode ser aplicado ao caso específico brasileiro, desde que construídos seus “fatos estilizados” que conferem especificidade histórica do país em relação a outros que compartilham da dimensão periférica do desenvolvimento.

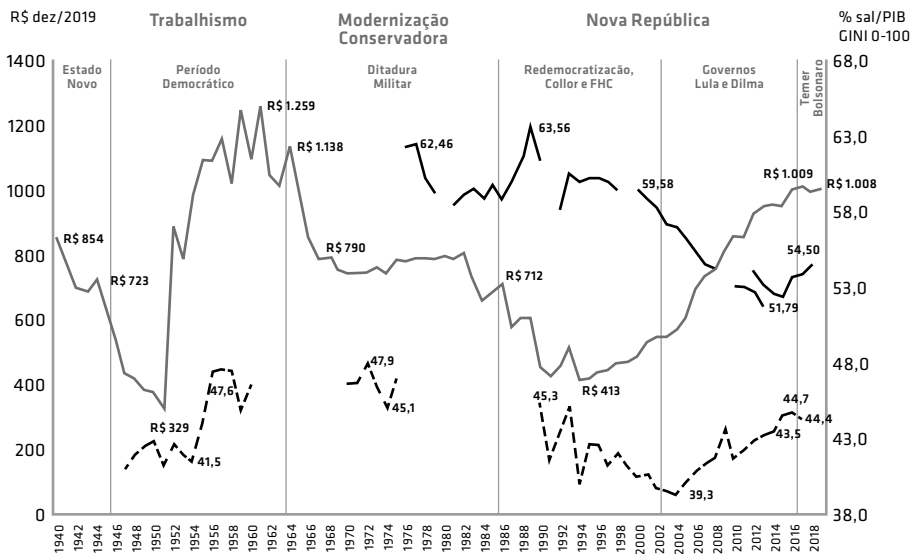
O período entre a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a interrupção do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff pode ser compreendido como a mais recente tentativa histórica de superação do subdesenvolvimento no Brasil, que, por definição, ocorre sob condições permanentemente adversas dadas pela posição periférica na hierarquia capitalista. A crise da experiência desenvolvimentista reabriu o debate econômico, sendo que a maioria dos argumentos elegeu a questão da produtividade como a causa central para o impedimento do lulismo. Mesmo entre alguns economistas he-

10. Também no texto de Tavares e Serra (1970, p. 185) temos marcada esta abordagem. A heterogeneidade persiste devido ao fato de que “características essenciais de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tendem a frear a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico”.

terodoxos, consolidou-se a ideia de que desequilíbrios estruturais foram gerados pela baixa intensidade do crescimento da produtividade em comparação à alta intensidade dos avanços sociais proporcionados pelas políticas públicas e pelo mercado de trabalho, levando a seu esgotamento. Na miríade de posições, há uma perigosa concordância de que a saída deveria ser outro modelo voltado prioritariamente para avanços na produtividade, se necessário em detrimento (ou constrição) dos avanços sociais.

No caso brasileiro, é o comportamento do salário mínimo a variável mais importante para dimensionar a intensidade desse processo, por este funcionar como farol sinalizador de todas as rendas do trabalho e, portanto, indutor de ciclos de redistribuição de renda em favor do poder de compra do trabalho em si mesmo e em relação ao peso do capital. O gráfico 2, em perspectiva histórica, mostra a interdependência entre o salário mínimo, o índice de Gini (distribuição pessoal da renda) e a relação salários/PIB (distribuição funcional da renda), especialmente nos períodos em que houve uma política consistente de valorização do primeiro.

Gráfico 2 | Salário mínimo real (linha cinza); salários/PIB (linha tracejada) e Gini (linha preta): Série histórica



Fonte: Ipeadata; IBGE (Estatísticas do século XX; Contas Nacionais; Pnad e Pnad Contínua). Deflator do Salário Mínimo: INPC (dez/2019). Elaboração própria.

O tema da resiliência aparece na análise do gráfico e mostra como a sociedade brasileira é extremamente avessa a mudanças estruturais. Dois momentos de combinação entre as forças do trabalho e as políticas públicas foram o Período Democrático da Era Trabalhista, especialmente entre 1951 e o começo de 1964, e os Governos Lula e Dilma da Nova República (2003-2016). São dois tempos em que o Brasil se arriscou no abismo do desenvolvimento numa tentativa de transformação estrutural de sua economia; períodos curtos de um pouco mais de uma década que foram prosseguidos por longos períodos de estabilidade ou retrocesso do conflito distributivo. Em ambos os casos, a economia política explica melhor que a macroeconomia: era preciso reverter os ganhos da classe trabalhadora sobre a apropriação do excedente social. Ambos se encerraram de maneira violenta e abriram espaço para uma longa hibernação de direitos fundamentais e de outros processos civilizatórios.

Considerações finais

É importante sempre retomar a discussão de que as teorias estruturalistas do subdesenvolvimento mantinham, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, um intenso debate sobre a capacidade inclusiva do capitalismo periférico em relação ao contingente marginalizado pela difusão desigual do progresso técnico oriundo da industrialização. Nessa perspectiva, a sociedade periférica estaria representada por uma descontinuidade na participação no processo de produção da riqueza capitalista, em que o capital manteria um pequeno setor dinâmico das relações capital e trabalho, compreendido da burguesia até o exército industrial de reserva na classe trabalhadora, ou seja, os componentes da população desempregada que, por estarem imediatamente aptos a assumir postos dos trabalhadores empregados, contribuem dinamicamente para o processo de formação de preços do trabalho, da mais-valia, dos lucros e dos preços gerais da economia capitalista. A parcela da classe trabalhadora, além do exército de reserva, participa marginalmente da estrutura de acumulação anterior nas principais formas: (i) pressionando nas fronteiras do exército de reserva, como subproletariado desempregado, porém inapto ao exercício das funções do trabalho específico daquela categoria, exercendo funções no pequeno comércio de rua, nos empre-

gos esporádicos de baixíssima qualificação e nas formas familiares ou cooperativas de produção urbana; (ii) mantendo-se nos bolsões de subsistência, apartado da economia monetária, nos praticamente mesmos pressupostos de reprodução agrária do mundo colonial; (iii) marginalizado de fato das estruturas oficiais, no crime pequeno, na mendicância, em uma situação de miséria absoluta e, o que é mais importante, sem nenhuma função social aparente.

A experiência contemporânea do desenvolvimento, no entanto, mostrou que a história tenta se repetir em seus termos iniciais do debate sobre a superação do atraso: afinal de contas, é possível constituir uma sociedade salarial no território do subdesenvolvimento latino-americano? O drama brasileiro aponta com imensa força a paradoxal fragilidade da estratégia de “ruptura com o passado”, na melhor definição de Furtado sobre o conceito de mudança estrutural. Como tanto, permeia a obra furtadiana, o sistema econômico de um país que está indissociado das suas esferas reprodutivas da população, da estratificação social e do aumento da produtividade social (FURTADO, 1976, p.32).

A resiliência da marginalidade estrutural, portanto, é o ponto de encontro no longo debate sobre o desenvolvimento brasileiro. E a categoria chave para a compreensão deste fenômeno está na relação salário-PIB, na constituição prévia ou não de uma sociedade majoritariamente salarial como base da Propriedade Social do Estado e a homogeneização dos padrões de consumo. É nesse contexto que se processa qualquer possibilidade de redução ou distanciamento da fronteira tecnológica, pois são as condições dadas para o aumento da produtividade social, para o fenômeno político da mudança na estratificação social – dirigida pela homogeneização da distribuição funcional e pessoal da renda – e, por fim, para a garantia da reprodução da sociedade. No caso brasileiro, historicamente, essa resiliência a mudanças estruturais é extremamente baixa, em razão do alto grau de concentração das rendas salariais e do alto grau de participação das rendas de capital no PIB, o que não implica afirmar que não haja espaço no país para mudanças estruturais profundas. Por esta ótica integral do conceito furtadiano de Nova Economia Política, no entanto, nota-se o quão raro é o fenômeno do desenvolvimento ao longo de mais de um século de história nacional.

Referências

- BARAN, Paul. On the Political Economy of Backwardness. In: *The Manchester School*, vol. 20, ed 1, p. 66-84, 1952.
- BLANKENBURG, S.; PALMA, J.G.; TAGENNA, F. Structuralism. In: *New Palgrave Dictionary of Economics*. Londres: Macmillian, 2008. vol. 8, p 69-74.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. 2 vol. Santiago: CEPAL, 2000.
- BOIANOVSKY, M. Furtado, Celso (1920-2004). In: *New Palgrave Dictionary of Economics*. Londres: Macmillian, 2008. vol. 3, p 517-521.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel. Technology, structural change and BOP constrained growth: a structuralist toolbox. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 38, p. 215-237, 2014.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford, UK Oxford University Press, 1999.
- FAJNZYLBER, Fernando. *Estrategia Internacional y empresas internacionales. Posición relativa de América Latina y Brasil*. Santiago do Chile: Cepal, 1970
- _____. *La industrialización trunca de América Latina*. México: CET, 1983.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1972
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.
- _____. O subdesenvolvimento revisitado, in *Revista Economia e Sociedade*. nº. 1. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. ago./92.
- _____. A superação do subdesenvolvimento, in *Revista Economia e Sociedade*. nº. 3. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP. dez/94.
- _____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Santiago: CEPAL, 2000, vol. I, p. 239-262.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1978
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LEWIS, W. A. Economic Development with unlimited supplies of labour. *Manchester School*, n. 22, p. 39-91, 1954.
- OLIVEIRA, C. A. B., *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp. 1985.

- PINTO, Anibal. *Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina*. Santiago: Cepal-Ilpes, 1973.
- POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PREBISCH, R. *The economic development of Latin America and its principal problems*. Santiago do Chile: Cepal, 1949.
- SUNKEL, Osvaldo. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo veintiuno Editores, 1970.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 153-207.